



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 07/2024

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta e nove minutos realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada Anabela Delgado Zarro Balau e João Pedro Azevedo Pessa. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, Ricardo Jorge Batista dos Santos, Ricardo António Mafra Germano Esgaio e Isabel Maria Boto Delgado - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, António Manuel Silvério Teixeira, Rui Pedro Marques Venâncio, Susana Dinis Gonçalo e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho e Vasco Frederico Pires de Sousa - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma Laborinho Ferreira – **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e o Senhor Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

***Solicitaram a substituição os Membros:** Jorge Ribeiro (BE); Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Maria Helena Rodrigues Vaz (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Valter José Lameiro Soares (PS); Daniel Meco (PS); Margarida Espadana (PS) e Sofia Boleixa (PSD). -----*

*Esteve presente o **executivo camarário**, composto pelos Senhores, Manuel António Águeda Sequeira, Orlando Rodrigues, Regina Piedade, Maria de Fátima Duarte, Edmundo Bandeira Eustáquio e João Paulo Quinzico Delgado. -----*

***O Senhor Vereador Paulo Reis**, não esteve presente, justificou a sua ausência, e foi substituído pelo Senhor Vereador Edmundo Bandeira Eustáquio. -----*

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2024 - Apreciação e votação.

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024 - (Apreciação e votação).

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

3. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento.

4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

1 – Intervenção do Senhor Deputado Pedro Marques – Assunto: “Renúncia de Mandato” -----

“Muito obrigado, Sr. Presidente, em primeiro lugar desejar uma boa noite a todas e a todos. -----

Dirijo-me hoje a esta Assembleia com um sentimento de profunda responsabilidade e gratidão. Desde a nossa eleição em 2021, é com grande entusiasmo e sentido de dever que desempenho as funções para as quais fui eleito, sempre em defesa do melhor para o concelho da Nazaré. A confiança que me foi depositada, tanto pelos cidadãos como pelo Partido Socialista, nunca foi algo que tomei de forma leviana, e é essa responsabilidade que me traz precisamente aqui hoje. -----

Apesar de tudo, ao longo deste mandato, tornou-se claro que existem desafios e objetivos que não foram alcançados no tempo e na forma esperados. Alguns projetos essenciais para as nossas populações foram adiados ou reconfigurados, o que, inevitavelmente, comprometeu o impacto que poderiam e deveriam ter tido para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. -----

Na Junta de Freguesia de Famalicão, onde também tenho tido a honra de exercer funções, sinto diariamente as necessidades e expectativas frustradas das nossas populações. Este contacto direto mostrou-me que há ainda muito a fazer, e nem sempre foi opção canalizar os devidos recursos ou implementar as soluções que permitiriam dar resposta a essas necessidades de forma mais célere e eficaz. -----

Por outro lado, enquanto deputado jovem e militante de uma juventude partidária no concelho (infelizmente a única), tenho procurado defender ideias e propostas inovadoras, especialmente no que diz respeito às prioridades para os mais jovens do nosso concelho. Algumas dessas propostas integram o orçamento municipal e as grandes opções do plano desde 2023, mas, por razões várias, ainda não foram concretizadas. Este adiamento demonstra também que há processos que exigem maior alinhamento, discussão e reforço de prioridades nas políticas públicas municipais. -----

Adicionalmente, reconheço que alguns projetos estruturantes e obras importantes continuam em curso, mas ainda não atingiram a fase de execução esperada. Apesar do impacto positivo que certamente terão quando concluídos, estes atrasos comprometem a concretização de novas intervenções a curto prazo, o que nos obriga a refletir sobre a necessidade de reavaliar metas e objetivos para o futuro. -----

Muito se discute, em especial de 4 em 4 anos, sobre a falta de interesse dos jovens na política, mas devo dizer, com toda a franqueza, que isso nem sempre corresponde à realidade. Conheço várias pessoas, especialmente jovens, que têm um profundo interesse pelo concelho da Nazaré e que estão dispostas a participar ativamente, a contribuir com ideias e a envolver-se no desenvolvimento da nossa comunidade. No entanto, para que esse interesse se traduza em participação efetiva, é essencial que os jovens sintam que realmente fazem a diferença, que as suas opiniões são ouvidas e valorizadas, e que as suas propostas são, no mínimo, discutidas com seriedade, abertura e interesse por parte dos responsáveis políticos. -----

Infelizmente, desde que integrei este órgão, nem sempre senti que esses princípios têm estado subjacentes à forma como o trabalho político é conduzido pelo executivo municipal. Em várias ocasiões, senti que ideias inovadoras e perspetivas diferentes foram recebidas com resistência ou desvalorização, perpetuando uma lógica de funcionamento que, em vez de promover a renovação e a inclusão de novas gerações, muitas vezes acaba por desencorajar a sua participação. E isso é profundamente desmotivador, não apenas para mim, mas também para outros jovens que poderiam ser uma força transformadora

na política local, caso tivessem exemplos concretos de que o seu envolvimento teria impacto real e efetivo. No fundo, continuo a afirmar como já o fiz anteriormente que não são os jovens que se afastam da política, é a política que se tem afastado dos jovens. ---

Se queremos garantir a continuidade e a renovação de ideias e projetos no concelho, é urgente adotar uma postura que não apenas acolha, mas também incentive ativamente o contributo dos jovens, independentemente do seu quadrante político. É essencial criar um ambiente onde a diferença de opinião seja vista como um valor acrescentado e não como um obstáculo. Só assim poderemos construir uma Nazaré mais justa, dinâmica e preparada para enfrentar os desafios do futuro. -----

Na política, é essencial que, independentemente do cargo que ocupemos, preservemos a nossa independência, para tomarmos decisões em consciência e livres de qualquer tipo de pressão ou influência externa. Apenas assim conseguimos garantir que os interesses das populações que representamos são verdadeiramente defendidos e que permanecemos fiéis aos valores e princípios que nos guiam. -----

Além disso, o desprendimento em relação aos lugares e cargos deve ser um princípio inegociável. Não somos políticos; estamos como políticos, e esta condição temporária reforça o dever de atuar em prol do bem comum. Aqueles que aspiram ser políticos como um fim em si muitas vezes desviam-se do interesse coletivo, comprometendo a ética e a eficácia que a política exige. Apenas com este desprendimento podemos assegurar uma política verdadeiramente alinhada com a comunidade que servimos. -----

É por isso com base nestes princípios e valores, dos quais não prescindo, que tomei a decisão que hoje vos anuncio. -----

É com um misto de tristeza e serenidade que informo esta assembleia e a população do concelho da Nazaré que renuncio ao mandato de deputado municipal, com efeitos imediatos. Esta decisão, que não foi tomada de ânimo leve, reflete a necessidade de manter a coerência com os valores e a dedicação que sempre guiaram a minha atuação.

O meu desejo de integrar este órgão sempre foi genuíno e profundamente sentido. No mandato anterior, alguns lembrar-se-ão que me sentava lá atrás a acompanhar as assembleias municipais na condição de munícipe, movido pela vontade de compreender e participar na vida política local. Sempre acreditei que estar neste espaço significaria poder fazer a diferença, com ideias ouvidas e consideradas de forma séria. É expectável que nem sempre isso aconteça com eleitos da oposição, mas é difícil de compreender que não aconteça com eleitos do partido que governa, nomeadamente em assuntos centrais com impacto na vida das pessoas e que são deliberados neste órgão. Para mim, a política deve ser um espaço onde cada intervenção tenha impacto e onde o contributo de quem foi escolhido pelos cidadãos seja respeitado e valorizado. -----

Termino, como tenho tido o cuidado de terminar todas as minhas intervenções neste órgão, com um Muito Obrigado. -----

Muito obrigado ao Partido Socialista, aos colegas de bancada, a todos os membros desta Assembleia que dignificam o órgão mais representativo da democracia local e aos técnicos municipais pela colaboração e pelas aprendizagens ao longo deste percurso. Um especial obrigado aos dois presidentes deste órgão que assumiram as funções de forma exemplar com uma postura de imparcialidade, franqueza, sinceridade e diálogo. Agradeço, sobretudo, à população do concelho da Nazaré pela confiança que em mim depositou para desempenhar estas funções. -----

Saio com a certeza de que dei o meu melhor a defender as causas em que acredito, e com o compromisso de continuar a contribuir para o bem da nossa terra. -----

*A luta pelo concelho da Nazaré não acaba aqui. **Pedro Marques, Ex-Deputado da Assembleia Municipal da Nazaré**". -----*

2 – Intervenção da Senhora Deputada Carolina Silva – Assunto: “Renúncia de Mandato”

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros do Executivo, Sras. e Srs. Deputados Municipais, cara população da Nazaré, caros jovens,

A juventude é, sem dúvida, a força vital de qualquer sociedade. São os jovens que trazem consigo novas ideias, inovação e a energia necessária para moldar o futuro. Não somos apenas o futuro da nossa comunidade, mas também os protagonistas da mudança e do progresso no presente. Investir na juventude, ouvir as suas preocupações e dar-lhes a oportunidade de participar ativamente nas decisões políticas é essencial para garantir um amanhã mais justo, mais dinâmico e mais sustentável. -----

Foi com esta convicção e com o compromisso de representar os jovens da Nazaré que aceitei, em 2021, o desafio de me propor a deputada municipal. Fui confiada pelos eleitores para ser a voz ativa daqueles que representam a esperança, e durante estes três anos, procurei ser fiel a essa responsabilidade. Nesse mesmo ano, além de candidata a deputada, fui também mandatária para a juventude da candidatura do Partido Socialista.

No entanto, ao longo deste tempo, fui confrontada com uma dura realidade: a juventude tem sido constantemente afastada das decisões políticas que impactam diretamente as suas vidas e o seu futuro. Quando entrei para a política, a minha maior motivação não era fazer parte do sistema, era e é trazer uma nova perspetiva, uma visão genuína, livre de interesses que não fossem o bem-estar das pessoas. Sabia que, como jovem, não queria ser apenas mais um 'yes man' — alguém que diz o que os outros querem ouvir para agradar ou sustentar o poder. Queria ser a voz dos que se sentem ignorados, dos que não

têm espaço, especialmente os jovens, que frequentemente são enviados para um segundo plano nas discussões políticas. -----

Infelizmente, a realidade da política tem mostrado que, muitas vezes, os jovens não têm o espaço que merecem. As suas opiniões são negligenciadas, as suas necessidades são vistas como secundárias, e o sistema parece estar mais preocupado em manter-se como está do que em acolher a inovação, a energia e as ideias frescas que a juventude pode oferecer. Esta reflexão tornou-se ainda mais evidente ao analisar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, onde as questões relacionadas com a juventude continuam a ser tratadas de forma superficial, sem o investimento necessário. A proposta é quase idêntica à do ano anterior, sem um verdadeiro esforço para apoiar e promover os jovens, como é o caso da habitação jovem em Fanhais, com sucessivos adiamentos e colocação em 2º plano. Neste orçamento, existe a exceção de uma única nova medida que, apesar de importante, reflete o atraso em implementar propostas que já haviam sido apresentadas há três anos, como é o caso Colocação de Dispensadores Gratuitos de Higiene íntima feminina nas casas de banho da EB Secundária Amadeu Gaudêncio, uma proposta que, com muito orgulho, a juventude socialista propôs no ano de 2022. -----

Este cenário de desvalorização da juventude leva-me a questionar: será que estamos, realmente, a ser ouvidos? Será que as nossas preocupações e propostas são levadas em consideração de forma séria e concreta? É com uma profunda desilusão que constato que, por vezes, a juventude é vista como um "adereço" na política, e não como um pilar fundamental para o futuro da nossa sociedade. -----

Após muita reflexão, tomei a decisão de pedir a minha renúncia como deputada da Assembleia Municipal, com efeitos imediatos. Faço-o como uma forma consciente de manifesto do meu desagrado e desilusão, pois não posso compactuar com uma política que, na minha perspetiva, falha em dar à juventude o lugar que lhe é devido. Afasto-me, mas não deixo de acreditar que os jovens merecem mais. Merecem ser ouvidos, respeitados e ter a oportunidade de, verdadeiramente, construir o futuro que lhes pertence. -----

Aos jovens, deixo apenas uma palavra de encorajamento: estaremos sempre ao vosso lado, a defender-vos, a lutar por um lugar mais justo e inclusivo na política. -----

Obrigada a todos. Boa noite". -----

3 – Eleição do Senhor Deputado João Pedro Azevedo Pessa, para constituir a Mesa da Assembleia – Votação: 2 votos Não; 8 Abstenções; 11 votos Sim. -----

4 – Intervenção da Senhora Deputada Tânia Gandaio: -----

“Boa noite a todos, deixo o nosso bem-haja á nova mesa da Assembleia, desejando a todos uma boa noite de trabalhos para os que cá estão, e quem nos assiste lá em casa através dos meios digitais. -----

Gostaria, desde já, deixar a todos em nome do grupo do PSD, os Votos de umas Boas Festas e um ótimo Ano Novo de 2025! -----

Que este novo ano que se aproxima seja, para todos, um ano de renovação, esperança, saúde e principalmente de muita Paz. -----

Para Todos vós, em meu nome e em nome da bancada do PSD desejamos que seja um ano pleno de coisas boas e de muita saúde para vós e para as vossas famílias. -----

Começo a minha intervenção, em primeiro lugar desejar os nossos Parabéns ao Rancho Folclórico Tá-Mar, pelos seus 90 anos e consideramos de salientar este aniversário nesta assembleia por reconhecermos que é um feito chegar aqui, e agradecer por tudo o que este grupo de folclore tem representado para a preservação da nossa cultura e divulgação dos nossos costumes e tradições, por este mundo afora! A todos os membros da sua direção, dançarinos e famílias assim como aos seus sócios os nossos parabéns. -

Entrando nos assuntos que continuam a preocupar a nossa bancada começo pelo aquele que está na ordem do dia, e que até foi motivo de uma assembleia extraordinária recentemente, e que se relaciona com a empreitada do Funicular da Pederneira, sendo que gostaríamos de saber do estado do processo. Preocupa-nos que para além dos prejuízos que poderá acarretar para a Nazaré e para os seus munícipes, a questão de estarem a ser constantemente a ser postos em causa o cumprimento dos requisitos legais dos concursos públicos por parte dos concorrentes aos júris dos concursos lançados por município, e que neste caso em particular, pelos valores que estão em causa e pela dimensão do mesmo, e pelos prazos apertados que existem poderão causar danos irreparáveis para todos e o povo é que PAGA! -----

Também gostaríamos de saber sobre a obra da Rotunda do Matadouro, qual o ponto de situação? Tem sido feita alguma avaliação/ inspeção periódica ao local, levanto a questão pois era visível que a mesma estava escavada no seu interior e continua a estar diariamente sujeita à passagem de autocarros, camiões e outros veículos pesados sem que, se saiba esteja lá qualquer tipo de reforço, o que com a vinda das chuvas poderá colocar pessoas e bens em risco, pelo que gostaríamos do vosso esclarecimento. -----

Em relação aos festejos da passagem de Ano, não demos conta, foi feito algum concurso ou haverá algum para comerciantes poderem vender nesse dia na marginal, ou ainda é para vir? -----

Gostaria de saber sobre plano de gestão de risco de corrupção e infrações se já se encontra execução no município da nazaré? -----

Saber se o município sempre avançou com um pedido de indemnização contra o promotor daquilo que era a proposta dos campos Padle, conforme o Sr. Presidente avançou que iria fazer em assembleias passadas? -----

Sobre a Fundação Mário Botas se sempre se confirma a abertura a 23 de dezembro?

Há algum desenvolvimento sobre situação da escola Amadeu Gaudêncio? -----

Chegados a mais um final de ano e em modo de reflexão já de fim de mandato, chego a pensar o que é que a Nazaré evolui nos últimos 10 anos, que não tenha sido reflexo de uma onda surfada por Garret Mcnamara? -----

Gostamos muito de ver a nossa linda terra em lindos filmes e a ganhar prémios, mas quanto daquilo que lá está, foi obra deste executivo? -----

Aliás gostaríamos de saber por escrito, quais os custos do filme e da viagem que organizaram em comitiva a Valencia para ir buscar o prémio ganho. -----

Constatámos que as estradas do concelho Nazaré e freguesias continuam maioritariamente cheias de remendos e buracos, as canas inundam as vias rodoviárias e perguntamos para quando as intervenções nessas vias? -----

*A requalificação da Ladeira do Sitio, as obras de fundo no Mercado Municipal, no posto médico de Valado dos Frades, a construção a custos controlados em Fanhais, os novos lugares de estacionamento, vão continuar agora à espera do **Milagre da Taxa Turística**, porque, agora **depois de 10 anos**, e de continuarem a alimentar a dívida, parece que arranjam a solução para todos os problemas da Nazaré, pena que só agora e em vésperas de eleições é que venham com soluções milagrosas, pois até aqui, têm sido constantes as obras mal projetadas, os concursos impugnados e os processos judiciais, que esperemos que não, não afastem os turistas e venham a onerar mais todos os municípios deste concelho! -----*

Somos um concelho que se quer de elite e que até hoje, não conseguiram investimentos de elite para a Nazaré, como é que pretendemos captar turismo de qualidade se não temos recursos? -----

Se temos uma via para a Zona mais promovida do concelho (a do Farol) que mais parece um filme de terror! -----

Quanto ao evento de Natal que lá está o mesmo foi licenciado? E a Roda está prevista lá ficar até quando? -----

A nova gare da rodoviária tarda em aparecer e os nossos turistas continuam aqui a chegar ou a partir ao frio e à chuva! Abrirá ainda este ano? -----

O nosso cemitério está com a capacidade lotada e nunca mais ouvimos por parte deste executivo qualquer solução para este problema tão sensível. -----

Só uma coisa não mudou - a promessa e/ou um trabalho no grupo municipal - parece que tem sido a solução para manter o silêncio das pessoas, e os que não se calam são despedidos. -----

Espero, sinceramente que 2025 traga novos ventos de mudança...A Nazaré já é um concelho maravilhoso em beleza e tem tudo para, caso seja bem governado, além de poder ser um destino de turismo maravilhoso, possa ser o sonho de qualquer família viver! -----

Os munícipes da Nazaré merecem! Boas Festas a todos”. -----

5 – Intervenção Política da Senhora Deputada Telma Ferreira: *que cumprimentou todos os presentes e quem está a assistir em casa. Lamentou, apesar de ser de um partido que é adversário, a saída dos representantes do Partido Socialista, Pedro e Carolina, de forma bastante sincera e nada hipócrita, e que eram dois representantes que teriam muito para dar à Assembleia. Disse, que se lembra perfeitamente da intervenção da Carolina, no 25 de abril – uma intervenção corajosa, pelos direitos das minorias e que todas as intervenções do Pedro, foram dignas e relevantes para a Assembleia. Que, caberá ao Partido Socialista, perceber internamente o que estará a falhar, com a geração mais jovem. Que, o BE tem uma intervenção/declaração política para apresentar: -----*

“Declaração Política – Assembleia Municipal da Nazaré – 10 de dezembro. -----

Começo esta declaração política pela partilha das propostas que o Bloco de Esquerda levou à reunião do Estatuto de Direito à oposição. -----

Para o Orçamento de 2025 -----

- 1. Responder à falta de habitação digna, com rendas acessíveis. Atualizar a Estratégia Local de Habitação.**
- 2. Transportes públicos gratuitos para jovens, maiores de 65 anos, desempregados/as e pessoas com deficiência.**
- 3. Verba dedicada à construção de parques infantis inclusivos**
- 4. Por uma escola inclusiva, moderna e democrática: aumentar a verba direcionada ao apoio escolar**
- 5. Aplicar a atribuição da Tarifa Social da Água Automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei nº147/2017, medida fundamental de apoio direto à população mais vulnerável num concelho em que os custos da água são os mais elevados no distrito.**
- 6. Aumento do Orçamento Participativo para 50. 000 €**
- 7. Excluir de apoios públicos entidades que recorrem a trabalho precário.**

8. Apostar na neutralidade climática e eficiência energética dos edifícios e habitações da autarquia até 2030, de forma a contribuir para o combate às alterações climáticas, a luta mais urgente do nosso tempo.

9. Contratação de um/a profissional para assegurar a tradução de todas as Assembleias Municipais em Língua Gestual, garantindo que este momento de responsabilidade pública seja o mais inclusivo e democrático possível. Proposta de alteração do BE ao regimento, aprovada por unanimidade. -----

O Bloco de Esquerda tem sido, nesta Assembleia, uma força de transformação e defesa intransigente dos direitos sociais, ambientais e económicos da população da Nazaré.

Com apenas um deputado eleito, conseguimos avanços fundamentais, como um Regimento Municipal que garante a intervenção do público antes do período da ordem do dia, tanto em Assembleias ordinárias como extraordinárias, a transmissão em direto de todas as sessões e o início da descentralização das reuniões, permitindo que a política chegue mais perto das pessoas. -----

A inclusão tem sido um dos pilares da nossa atuação, e não apenas em palavras. A nossa proposta para a contratação de um tradutor de Língua Gestual Portuguesa para traduzir todas as Assembleias Municipais foi aprovada por unanimidade, e o compromisso do executivo em concretizá-la em 2025 reforça a relevância da nossa luta. Inclusão é democracia. Inclusão é respeito. Inclusão é construir uma Nazaré para todas e todos.

É com este mesmo sentido de responsabilidade que o Bloco de Esquerda, pela primeira vez, desde 2005, irá abster-se na votação do Orçamento apresentado pelo executivo PS.

Esta decisão não é um ato de submissão, nem de fragilidade, mas uma posição fundamentada no compromisso do executivo em integrar e concretizar propostas estruturantes do Bloco. -----

Na reunião prévia que o executivo propôs (pela primeira vez) a todos os representantes partidários e na sessão dedicada ao Estatuto do Direito à Oposição, o executivo comprometeu-se com três medidas relevantes para o Bloco de Esquerda: -----

A construção de parques infantis inclusivos, assegurando que todas as crianças, independentemente das suas capacidades e mobilidade, possam brincar e conviver, em conjunto, com a mesma dignidade. -----

A automatização da Tarifa Social da Água, que dispensa burocracias e garante o apoio direto às famílias mais vulneráveis num concelho onde os custos da água são dos mais altos do distrito. -----

A contratação de um tradutor de Língua Gestual Portuguesa, um compromisso que não só amplia a participação inclusiva, mas reforça o carácter democrático desta Assembleia.

Estas medidas, já aprovadas, são conquistas do Bloco, mas o compromisso de concretização, em 2025, pelo executivo PS demonstra que a persistência política é o caminho para alcançar mudanças reais. -----

O executivo assumiu também a urgente necessidade de requalificação do parque de habitação social da Nazaré, uma das lutas prioritárias do Bloco. -----

E comprometeu-se com a criação do cartão do munícipe, que irá permitir um pacote de viagens gratuitas pelo concelho, uma medida que, apesar de insuficiente, aponta para o caminho necessário no direito à mobilidade universal. -----

Iremos fiscalizar de forma constante a concretização deste compromisso assumido pelo PS e continuaremos a exigir ações concretas em áreas como habitação acessível e digna, mobilidade acessível, educação inclusiva e sustentabilidade ambiental. -----

Lutaremos pelo reforço da verba para o Orçamento Participativo e pela concretização das restantes propostas que trazemos a esta Assembleia. -----

Esta abstenção é um voto de vigilância ativa. O Bloco estará atento e firme, como sempre, para garantir que as promessas se transformem em ações e que a Nazaré continue a caminhar para um futuro mais justo, mais solidário e mais inclusivo. Telma Ferreira (representante do BE)”. -----

6 – Intervenção da Senhora Deputada Sara Vidal –: *cumprimentou todos os presentes e quem estava online e desejou uma boa sessão de trabalho. -----*

Declaração Política: -----

“Muito boa noite a todos. Desejamos uma boa sessão de trabalho. -----

Estamo-nos a aproximar a passos largos do final do ano. Finda mais um ano político, mais um ano desastroso para a governação do PS no município da Nazaré, o que configura um mandato absolutamente perdido. Este ano fica inevitavelmente marcado pela saída, pela porta pequena, do anterior Presidente da câmara, Walter Chicharro, sendo que, pela porta pequena também entrou o atual Presidente, Manuel Sequeira, apressando-se a impingir mecanismos de emagrecimento da democracia local, apesar do habitual discurso pseudo-pacificador, porreiro-descontraído - este sim, do tipo Miss Universo - para aligeirar responsabilidades e disfarçar as verdadeiras opções e visões de ordem política e democrática. Como bem sabemos, o desencontro entre o que se diz e o que se faz é, nestes casos, aterrador!!! -----

Hoje é demasiadamente evidente que o anterior Presidente da Câmara governava de forma autoritária, individual e despótica. É isto que a cada passo fazem transparecer os seus companheiros de caminhada, dado que se vão distanciando liminarmente das suas

ações e comportamentos, que vão desde a obscura e ilegal aquisição das garoupas, usurpando o orçamento para alimentar os nossos alunos, passando pela metodologia de auscultação das forças da oposição na preparação dos orçamentos, culminando agora na confusão generalizada sobre o terminal rodoviário e a quem compete a sua gestão.

Assim sendo, para além de deixar o município em muito “maus lençóis” do ponto de vista financeiro, o que levou a vários cortes nos apoios acordados com diversas organizações, e com muitos apertos no interior da gestão diária da autarquia, impôs um regime presidencialista relegando os demais elementos para meros espectadores do seu triste espetáculo, fazendo pouco mais do que figurantes de um teatro em ruínas. -----

Percebendo isto mesmo, e finalmente tendo condições para se demarcarem, alijando responsabilidades para o passado, a pensarem já no futuro próximo, assistimos ao mesmo de sempre: projetos pessoais a sobreporem-se ao coletivo, implosão interna, guerras fratricidas para ver quem é o chefe que se segue. Nisto tudo, como podemos verificar pelos desastrosos indicadores de desenvolvimento socioeconómico do concelho, as populações são as que menos interessam nesta equação. -----

Isto é também corroborado pelas freguesias governadas pelo próprio PS, que também estes se tentam afastar, como se isso fosse possível, do executivo que governa, dos que governaram anteriormente e, essencialmente, do anterior presidente da Câmara, tomando diversas posições públicas que sustentam o que aqui afirmamos e onde o culminar disto resultou no voto de repúdio aprovado por unanimidade, aqui nesta Assembleia, contra o tratamento dado à Junta de Freguesia de Valado dos Frades, aquando do rompimento unilateral do contrato Interadministrativo de transferência de competências para esta junta, por parte da CMN – um dos momentos mais negros da história democrática local, protagonizado pelo executivo do PS; um ato que todos os protagonistas se deviam envergonhar profundamente! -----

Ainda assim, nada parece abalar a caminhada deste PS para tentar colocar constrangimentos ao desenvolvimento da democracia local. Desde a insistente opção pela limitação dos tempos de intervenção da oposição, à forma muito pouco dignificante como se gerem as reuniões dos diferentes órgãos, passando pelo uso de influências e de poder para atingirem os seus objetivos políticos, tudo parece valer a quem a vertigem do poder inebria a capacidade de discernir. -----

Só no dia de ontem, o Presidente da Câmara da Nazaré afirmou, ao vivo e a cores, no órgão executivo, que usou da sua influência junto da secção de patinagem da BIR para demover esta organização de realizar um campeonato que estava já programado, para beneficiar objetivamente e garantir todo o sucesso possível à realização do congresso da JS, que acontece no próximo fim-de-semana no concelho da Nazaré! Porventura, seria importante fechar o comércio, cair as casas, engalanar embarcações, colocar flores nas

portas, mantas nas janelas, esconder a mendicidade... para o congresso da JS passar!!! Inacreditável! -----

Por seu turno, o Vice-Presidente requereu à CDU que não submeta tamanha quantidade de requerimentos aos serviços, pois estamos a assoberbá-los de trabalho!!! Que é o mesmo que dizer: “Fiquem lá com as vossas dúvidas e inquietações, porque isto é já escrutínio a mais sobre as nossas ações governativas! Inacreditável! -----

O vereador Salvador Formiga assumiu responsabilidades pela retirada das faixas da CDU, afixadas nos portões da Pedralva, que estão a cair de podre, porque estas alertavam a população para a privatização daquele espaço público e para a necessidade de reverter o processo; algo que o incomoda severamente, tendo em conta a sua enorme responsabilidade no processo... o que parece não o incomodar é o estado a que este espaço chegou, depois de 11 anos de governação do PS. -----

Com isto, não admira que o concelho da Nazaré esteja completamente desagregado, à deriva, sem rumo certo, a navegar à vista, com o executivo deslumbrado com premiações disto e daquilo, habitando um mundo virtual que construíram, com muito dinheiro público, completamente descolado da realidade e da vida de todos os dias das populações, que querem casa e não têm, que abandonam o concelho para poder viver com dignidade; as que ficam, a esmagadora maioria, assiste à concentração indefinida da riqueza criada, ao aprofundamento das desigualdades sociais; afogados em impostos e preços esmagadores dos serviços municipais, com a fatura da água e resíduos mais cara do distrito, com rendas de casa das mais caras de toda a região, em contraponto com os rendimentos que são dos mais baixos da região centro. -----

E mais uma vez, insistem com este caminho de desastre, com o orçamento que irão apresentar para 2025! Não contem com a CDU para empobrecer a vida daqueles que vivem do seu trabalho e de arruinar o futuro deste concelho! -----

E perante o que assistimos hoje, e que lamentamos, perguntamos se o executivo sente-se com condições para continuar. Nazaré, 10 de dezembro de 2024, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré “. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas: -----

- Começou por cumprimentar todos e desejar Boas Festas. Que, se associa aos noventa anos do “Tá-Mar”, sendo uma data bonita, cuja Associação tem prestigiado o bom nome da Nazaré e que por isso, e que não pôde estar presente, porque foi a Valência, sendo a única despesa que o Município teve, e já respondendo à Dra. Tânia Gandaio, foi com a sua única e exclusiva viagem, e respetiva estadia. Que, todo o resto foram despesas próprias, sendo ele a pagar e que será enviada essa informação, conforme o pedido da Dra. Tânia Gandaio. -----

- *Que o Terminal Rodoviário, se encontra em condições de ser entregue, assim que seja assinado o último auto de medição e cre que será durante a próxima semana que estarão em condições para avançar para a sua inauguração da infraestrutura.* -----

- *Sobre a rotunda do Matadouro, disse que, previam três a quatro meses de duração da obra, e que pensa que esse tempo, ainda não terá sido ultrapassado e que em relação a isso, não têm nada a assinalar. Quis dar os parabéns a quem fez a intervenção por forma tão célere que se pudesse circular naquela artéria tão importante para a Nazaré. Que, se passam por lá carros pesados, não será da responsabilidade da Câmara, porque o trânsito a pesados se encontra interdito.* -----

- *Que, sobre os campos de Padel, disse que estarão a aguardar para cumprir prazos legais porque a obra vai reverter para a Câmara. Que, sobre a Fundação Mário Botas, disse que, não tinha nenhuma novidade – que provavelmente o dia 23 de dezembro, será cumprido, não tendo outra indicação. Que, tem acompanhado os trabalhos de museografia que aquela equipa tem vindo a desenvolver, sendo o trabalho que se encontrava por fazer, imenso, e que nessa data, será provável que se abram as portas. – Que, a ladeira do Sítio, será uma obra inscrita em ITI – Investimento Territorial Integrado, e que querem avançar durante o ano de 2025 e ver se podem avançar com o processo. Que a ladeira do Sítio e a Lagoa do Saloio, estarão inscritas também em ITI e que têm intenção em avançar com as mesmas. Que, o Pavilhão de Famalicão, será uma daquelas obras que “nasceu torto e tarda a nunca se endireitar” e que quer crer que no próximo ano isso poderá acontecer. Que tem indicações que o procedimento venha a ter que ser interrompido – que a empresa se afastou da obra, não se sabendo o motivo real e que a fiscalização tem ido lá diariamente para ver se existe alguma coisa de novo. Que, provavelmente se terá de avançar com um novo contrato de forma a se continuar até à conclusão da obra. Que ainda se estará numa fase de indefinição e que será preciso concluir todos os prazos legais. Sobre as considerações da CDU, disse que, a mesma tem convivido mal com o processo democrático e que a prova do orçamento será um caso paradigmático. Que a CDU, como todas as forças políticas foram convidadas a pronunciar-se sobre o orçamento, sobre propostas a incluir no orçamento, e percebeu mal essa situação, porque provavelmente vive mal com a democracia, não quis entender, dizendo que se estaria a violar o Direito do Estatuto da Oposição, não sendo isso que estaria em causa. Que, se pretendia, saber das forças políticas e das três juntas, que tipo de propostas teriam pensado para se poder incluir em orçamento. Que, a CDU recusou fazer parte desse processo, acabando por remeter para o seu programa eleitoral, de já alguns anos atrás. Que, as três juntas estiveram presentes, e que o PSD explicou a sua ausência, respeitando a decisão tomada. Que, lamentou o tipo de postura da CDU, mas que terão de conviver com essa situação.* -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia**, para referir, que quem dirige a Assembleia será ele, e que os reparos dos Senhores membros da Assembleia, ficariam para outros assuntos. **Interveio o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para dizer que se estará em democracia, que irão falando/conversando uns com os outros e que o Senhor

Presidente da Assembleia deveria estar “amnesiado”, porque quando se encontrava, deste lado, fazia exatamente o mesmo tipo de burburinho! Que, têm 10m e que o Senhor Presidente decidiu perder o tempo que quis a falar da CDU, sobre um tema que irão falar no ponto 2, não tendo de o fazer. Que, serão liminarmente contra a extensão do tempo, e que se quiserem, que respondam por escrito, mas que respondam! -----

- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que depois de fazer os devidos cumprimentos prestou esclarecimentos: que sobre a lotação do cemitério, disse que estarão a acompanhar o processo e que no momento ainda se encontram com algum espaço suficiente para aquilo que será o dinamismo do cemitério. Que, no ano corrente não foi passível de ser feito, mas que no próximo ano, já estará inscrito em orçamento o alargamento de um espaço devidamente habilitado para o efeito. Que em termos de organização que o facto de se ter covatos que se encontram abandonados, se estará a fazer com que sejam reutilizados e o facto de ter havido uma maior adesão no âmbito das cremações, acaba por criar um novo dinamismo daquilo que será a utilização das inumações no cemitério. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que quis agradecer à Nazaré Qualifica, pelas respostas enviadas no dia de hoje, durante a parte da tarde, onde já tinha sido solicitado, que fossem nomeadas o número de infrações por elemento e essa informação não terá sido prestada e que pretendem que reformulassem a resposta. Que, relativamente à saída dos dois elementos do PS, disse que, a bancada do PSD, lamenta e elogia a coragem dos dois jovens, e a garra demonstrada, independentemente das questões políticas o que os unirá será a Nazaré. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que quis apelar e pedir bom senso para a sessão da Assembleia, compreendendo o que se passou com a renúncia dos dois deputados, sendo uma situação complexa para o PS. Que, quis referir primeiro, ao facto de se associarem à questão da felicitação do Rancho Tá-Mar, que muito dignifica o nome da Nazaré e que esperam que, mais noventa anos venham para a Instituição e em segundo, não quiseram deixar de fazer referencia ao que acabou de se passar – a saída de dois jovens da Assembleia Municipal, que dignificavam o espaço, e que eram a voz dos jovens do Concelho da Nazaré e que naturalmente se sentiram ignorados. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para fazer referência ao tempo gasto pelo BE. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Solicitou intervenção: -----

1 – O Senhor José Manuel Ferreira Marques com o assunto: “Assuntos da Freguesia de Famalicão”: -----

- Começou por cumprimentar todos e dizer que nasceu e foi criado na Freguesia de Famalicão, e que se encontra ali na qualidade de munícipe, residente na sua Freguesia, que vem ao Órgão demonstrar o seu profundo desagrado pela forma como a sua

Freguesia, tem vindo a ser tratada pelos sucessivos executivos camarários. Que, nomeadamente vinte anos de PSD, que o levaram em 2013 a aceitar o desafio de poder fazer algo pela sua terra, e que recebeu com muito agrado. Que, esteve oito anos na Junta de Freguesia, como a maioria sabe, e que no primeiro mandato 2013-2017 se deu o claro sinal de inverter a tendência à qual se estaria a ser votado, mas que foi “sol de pouca dura”. Que foram tratados com muita desigualdade, olhando-se para todas as Freguesias, nomeadamente o Valado. Que se lembra, que há cerca de trinta anos, o Valado encontrava-se como a Freguesia de Famalicão em que não tinham nada e que passados vinte anos, o Valado passou a ter muita coisa e que Famalicão, continua a não ter nada! Que em 2013, houve um sinal de inverter a tendência, mas durou pouco! Que, o que tiveram até hoje, falou de factos, foi o Centro Escolar e um Parque Infantil, pelo qual lutaram, juntamente com o executivo camarário. Que, de lá para cá, voltaram ao mesmo e será por essa razão que ali se encontra. Que, um sinal dessa situação surreal, será o que se encontra a acontecer com o Pavilhão desportivo – que começou como um Polidesportivo, e nos sucessivos anos levou uma cobertura e que se optou por construir as laterais, ficando-se assim, até aos dias de hoje. Que notam, que no período 2017-2021 foi feito um concurso público em que houve uma empresa ganhou esse concurso, não tendo “agarrado” a obra de 360 mil euros e que continuam iguais. Que, em 2023, por 235 mil euros, uma empresa “agarrou” a obra e será de pasmar, que têm notícias que deixou a obra, sendo surreal o que se estará a passar com o Pavilhão de Famalicão, não estando a ter o mesmo andamento/igualdade que outras freguesias têm tido. Que, olhando para o orçamento de 2025, da Câmara Municipal, prevê-se uma verba de 135 mil euros. Que, se ninguém “agarrou” a obra, em que os empreiteiros deixam a obra a meio, perguntou, se será com 135 mil euros, se terá um Pavilhão em 2025? Que será lamentável essa situação e que se encontra transtornado/revoltado com isso. Que as crianças de Famalicão não têm a mesma igualdade de tratamento que as restantes. Que, o Valado terá milhares de atletas federados porque terá um espaço digno para praticar desporto e que eles, terão as suas coletividades em que se poderia aproveitar aquele espaço para dinamizar as suas atividades desportivas e outras e continuam sem um espaço digno. Citou como exemplos – o Monumento dos Combatentes, projeto de saneamento de 3 anos entre Macarca e Rebolo e que só foi concretizado o primeiro ano a ligação da Mouchinha à Macarca, etc. Que as promessas têm sido tantas e que olham para a Freguesia de Famalicão e continuam na mesma. Dirigiu um pedido aos autarcas que olhem para a Freguesia de Famalicão de uma vez por todas, porque já chega de serem votados e tratados daquela forma. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder: que em relação às questões feitas pelo Senhor José Marques, disse que, sendo opiniões, acrescentou que já fizeram essa abordagem e que o Pavilhão de Famalicão estará pago na ordem dos 101 mil euros e que o concurso do restante, nunca poderia ser mais do que o somatório das duas partes. Que, se a empreitada se encontrava cifrada na ordem dos 230 mil e que não se poderia avançar para outro valor que não fosse a diferença entre aquilo que será pago

e aquilo que ficou por fazer. Que, também sentirá a mesma mágoa em relação ao Pavilhão, porque seria uma obra em que teria muito empenho e que se realizasse porque sente que os alunos do Centro Escolar de Famalicão se encontram a ser penalizados por não terem a estrutura para poderem praticar desporto e que nunca foi feito o esforço possível para que a obra se concretizasse e que ainda não se encontra a acontecer. Que será preciso lembrar que em Famalicão terão o apoio de uma ERPI com o valor muito substancial e que não foi ali referenciado. Que, não será só apontar aquilo que não terá sido feito, mas apontar também, aquelas que foram feitas. -----

ORDEM DO DIA

1. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (Para apreciação)**

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que pretendeu requerer informações ao executivo, por escrito: -----

“O BE requer por escrito os contratos em vigor para a circulação de viaturas na estrada que dá acesso ao Farol e qual a entidade responsável pela sua fiscalização, no sentido em que tem chegado ao BE relatos de constante violação das supostas viaturas que deveriam ser permitidas dentro desse acesso. -----

- Qual é o regulamento municipal para o estacionamento dentro do Concelho da Nazaré das caravanas? Quais são os passos que são permitidos para esses estacionamentos? Quais são as eventuais sanções aplicáveis e qual a entidade que faz essa fiscalização? -

- Usou da palavra a Senhor Deputada Sara Vidal, que começou por agradecer a informação congratulando-se pelas iniciativas elencadas. -----

“Agradecemos a informação que foi desenvolvida pelos serviços e congratulamo-nos pelas iniciativas aqui elencadas neste documento, mas não podemos deixar de expressar a nossa sensação e preocupação de que estamos a falar de ações isoladas, muitas delas ao sabor das efemérides do dia disto e do dia daquilo. -----

Não invalida a importância e o carácter positivo daquilo que nos é dado a informar, mas consideramos que não é suficiente e que há uma clara ausência de estratégia a nível social, ambiental, cultural, etc. e que não se vai à raiz dos problemas. Fazem-se reuniões, recebem-se prémios e reconhecimentos e, obviamente, que tudo isso, mas de que forma é que se está a melhorar a vida dos nossos munícipes, de todo o concelho, no seu dia-a-dia? É essa a informação que gostaríamos de ter. -----

Por outro lado, outra questão importante, a nosso ver: a ação municipal continua a centrar-se, essencialmente, na sede do concelho, e os restantes lugares e freguesias pouco ou nada são referidos nesta informação. Porquê? Porque nada ou muito pouco foi feito? Para a CDU, a coesão territorial é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e integral do nosso território e da nossa comunidade, e por isso é imperativo que a ação do executivo municipal chegue a todos os lugares do concelho. -----

Indo a questões concretas: -----

1. processos judiciais em curso, gostaríamos de ouvir a Dr.^a Helena Pola sobre o processo da RUCE - Construção e Engenharia, Lda, cujo prazo terminou no dia 2 de dezembro e estamos a falar de um montante de 9 311 839, 29€. -----

2. Comissão de acompanhamento das obras públicas: o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou-nos de que ainda não foi formalmente constituída, porque não obteve resposta do Executivo Municipal. -----

Consideramos grave esta obstrução a um processo democrático que foi aprovado por unanimidade neste órgão autárquico! -----

*Na reunião de câmara de ontem, o Sr. Vice-Presidente, relativamente a esta Comissão de Acompanhamento de Obras Públicas Municipais, disse e passo a citar: “Não foi há muito tempo que a CDU apresentou uma proposta em Assembleia Municipal para a criação de uma comissão de acompanhamento das obras públicas do concelho da Nazaré. Eu na altura até acho que **aquilo** foi aprovado por unanimidade, **mas acho que é completamente absurdo**”. -----*

Não entendemos por que razão considera o senhor vice-presidente a criação de uma comissão, aprovada por unanimidade, incluindo os votos da bancada do PS, é um absurdo na cabeça do senhor vice-presidente. -----

Consideramos que são palavras ofensivas para a comissão, para esta assembleia e para os deputados que a constituem e por isso queremos pedir o seguinte ao senhor presidente da mesa da assembleia municipal: -----

a. em primeiro lugar que dê oportunidade ao senhor vice-presidente para repensar e se retratar das palavras proferidas, sabendo nós que no calor dos debates, às vezes, uns mais do que outros, proferimos declarações sobre as quais nos arrependemos posteriormente; -----

b. que o senhor presidente da mesa dê a esta assembleia o estado da criação desta comissão que tão urgente é, ainda para mais com aquilo que se acaba de passar relativamente ao pavilhão de Famalicão, provando assim a utilidade desta comissão para, de uma vez por todas, os municípios do concelho poderem ter acesso a toda a

informação relativa às obras públicas, que custam muitos milhões a este município, não só na construção em si, como em processos judiciais.” -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse que também gostariam de ter alguma informação sobre o processo RUCE e também sobre o processo do Dr. Carlos Tomás, nomeadamente saber se já terá sido marcada a audiência e em relação à questão da oficina Bonarte, espaço onde se constrói a maioria dos carros alegórico, que abriu as suas portas no dia 2o de novembro – saber se já foram feitas algumas contratações/prestações de serviço, uma vez que será normal, durante a época de carnaval? -----

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que quis perguntar se já existe equipamento Multibanco para levantar dinheiro em Fanhais? **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio** que quis aproveitar para perguntar sobre o evento natalício no Largo de Nossa Senhora da Nazaré sobre a roda gigante – se o mesmo foi licenciado e se sobre o período de tempo em que irá estar lá? -----*

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos: -----

- Que sobre a roda gigante, disse que, num primeiro momento em que o requerimento foi remetido à Câmara o processo estaria mal instruído em que a fiscalização foi verificar e sentiu que havia necessidade de cumprir um conjunto de requisitos que passou a citar. Que depois de notificada a Confraria respondeu a todos os requisitos evocados, faltando apenas um documento que não alteraria aquilo que seria o processo e que o procedimento se encontra legal. Que o seu período de funcionamento será de 07 de dezembro a 05 de janeiro. -----

- Sobre a contratação de carnaval disse que, já pensaram nas pessoas que irão ajudar, mas que ainda não têm nada definido e que depois darão conhecimento. -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Orlando Rodrigues, que depois de cumprimentar todos prestaram esclarecimentos: que não terá de rever aquilo que será uma posição sua, e o que a CDU pensa, será legítimo e plausível, e que olha para os processos de uma forma muito simples – questionou, onde existem comissões de acompanhamento de obras pelo País? Que, não existe nenhuma Assembleia Municipal que tenha esse tipo de Comissões. Que, se a CDU pretende acompanhar as obras, pelo menos que vote a favor das mesmas. Porque o trabalho será apresentar soluções alternativas. Que, uma força política que por muitas vezes será contra as obras e fez referência – que ao dia de hoje, a Assembleia Municipal irá votar um documento estratégico que viabilizará ou não, o pavilhão de Famalicão, Lagoa do Saloio, Ladeira do Sítio, Funicular da Pederneira, o Centro Médico de Famalicão e a ERPI (Lar de Idosos) de Famalicão, e questionou – se o orçamento não for aprovado, a culpa será de quem? Porque as obras referidas, não serão executadas! Que a Comissão de acompanhamento na sua opinião será um absurdo, nesse contexto. -----

- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que relativamente às

Autocaravanas disse: que existe legislação específica quanto a essa situação. Que, enquanto Município/Câmara Municipal não terão resposta, existindo municípios que entendem que dar resposta aos Auto caravanistas, mas que na Nazaré não têm! Que, não obstante, estarão com um projeto que se encontra em mãos com o Vereador Salvador, de se potenciar no futuro a possibilidade de no futuro, o Município dar resposta às autocaravanas. Que, como não têm, terão de se cingir àquilo que será a legislação especial que será ir para parques devidamente habilitados para o efeito. Que quem se encontra a fazer a fiscalização, terá de ser necessariamente ser a PSP ou GNR, mediante onde se fixarem. Que, na Nazaré, a dificuldade será na fiscalização – que não se podem fixar, mas que também não serão impedidos de estacionar. -----

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, solicitou pela resposta sobre o multibanco em Fanhais, tendo chegado ao BE a sua necessidade. **Interveio a Senhora Vereadora Regina Piedade**, e em resposta para a Bancada da CDU, para fazer referência a que habitualmente trazem um relatório daquilo que serão as atividades, tentando ao máximo salvaguardar, as famílias que serão acompanhadas e que têm a pretensão de o fazer chegar para o próximo ano. Que, relativamente ao multibanco, disse que, será sempre uma iniciativa dos bancos, a sua colocação. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, e em resposta às questões colocadas pelo Senhor Vice-Presidente, disse que, percebem muito bem porque não querem que seja criada a Comissão. Que, continuam sem saber, verdadeiramente o que se passa; sem saber verdadeiramente o que se passará com o Terminal Rodoviário, com o Funicular! Que, quando o Senhor Vice-Presidente vem dizer que a Nazaré não será com Lisboa e o Porto, afirmou que será ainda melhor. Que poderá ser a primeira a ter uma Comissão e a ser pioneiros nessa matéria. Que, acrescentou, que também nunca viu nenhuma Assembleia Municipal, a Bancada do PS, votar unanimemente, um voto de repúdio contra o executivo da mesma cor! Que serão coisas tipo “fenómenos do Entroncamento”, que acontecem na Nazaré! -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para prestar alguns esclarecimentos que foram solicitados: que em relação à situação do Funicular disse que, a RUCÉ, foi um dos concorrentes que inicialmente terá sido admitida ao concurso, havendo dois concorrentes admitidos, mas que depois do primeiro relatório preliminar, e face à reclamação de outra concorrente, acabou por ser excluída, pelo facto de não deter Alvará com classe suficiente para a execução de uma espécie de trabalhos que se estariam a propor e será essa decisão que se encontra na base da interposição da ação judicial. Que, não se conformaram com a exclusão, e colocaram o Município em Tribunal. Que, na altura foi feita a contestação do Município, e que pode dizer que desde logo, houve uma análise jurídica, mais profunda da parte que assessoria o Município, o Escritório do Dr. Victor Faria, que concordou com a posição júri, dos fundamentos, e que há demasiada jurisprudência, sabendo que existem sempre decisões para um lado e para outro, mas que na opinião dos advogados, têm fundamentos muito fortes para defender a posição que o Município adotou, e que nesse sentido, foi feita a contestação,

no dia 2 de dezembro, último dia para entregar, e foi entregue também um pedido, de suspensão dos efeitos da interposição dessa ação, porque por força disso, e nos termos da lei, o processo teria de ficar todo parado. Que significa, e será por isso que a assinatura formal do contrato foi também cancelada/adiada, porque não poderiam ser praticados mais atos. Que, a lei permite, que seja feito o pedido de levantamento desses efeitos suspensivos, sendo isso o que foi feito, no sentido de o processo poder prosseguir. Que, os fundamentos existem, sendo um processo PRR, que terá prazos apertados, em termos de execução, e que estarão a aguardar que, o Juiz, assim, o decida. Que, também saiu, entretanto, no dia 2 de dezembro, uma legislação – Lei 43/2024, que introduziu alterações ao Código dos Contratos públicos, designadamente introduzindo mais medidas especiais de contratação pública, que permitem que, por exemplo, as obras financiadas pelo PRR, não necessitem do visto prévio do Tribunal de Contas, para poderem avançar, em termos da sua execução e que se estará a aguardar, que o Juiz levante os efeitos suspensivos, para que o processo, prossiga. -----
 - Relativamente à ação do Dr. Carlos Tomás, disse que, ainda não têm a data da audiência, e que continuam ainda na fase de apreciação judicial, não havendo evolução.

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2025 E RESPETIVOS ANEXOS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO 2025 E RESPETIVOS ANEXOS (Para apreciação e votação) –

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que interveio: -----

“Começamos por identificar e registar aqui também, que as 25 propostas remetidas ao executivo pela CDU para poderem ser discutidas, esclarecidas, explicadas e, eventualmente, colocadas em Orçamento, como era ideia nossa, não foram tidas em conta pelo executivo do PS que governa a autarquia. Na nossa ótica, tais propostas seriam do maior interesse para os munícipes, razão pela qual iremos delas dar conhecimento à população. -----

Ainda assim, mesmo que fossem todas acolhidas, pela sua enorme importância social, económica, cultural e ambiental para o concelho e para as suas populações, a questão que se coloca é: -----

- o que é que nos vincularia a este orçamento, dado que os níveis de execução são cronicamente baixos? -----
- o que é que nos vincularia a um orçamento em que quem tem a responsabilidade de o executar mantém propostas suas por materializar há mais de uma década, transitando de orçamento em orçamento? -----

• o que é que nos vincularia a um orçamento que vai exatamente na mesma linha de todos os anteriores, e que tem promovido o concelho da região com maiores desigualdades socioeconómicas, onde a habitação é a mais cara da região, onde os rendimentos do trabalho são dos mais baixos da região, onde a fatura da água e dos resíduos sólidos são os mais caros do distrito, onde 40% da habitação é de 2ª habitação, onde a destruição e agressão do património natural e ambiental é uma evidência, onde os investimentos na Cultura e em certas áreas do desporto têm sido miseráveis ao longo destes onze anos? -----

• O que é que nos vincularia a um orçamento que trata de forma profundamente desigual as freguesias e lugares, em relação à sede de concelho, condenando em muito o seu desenvolvimento? -----

Como é lógico, mesmo que todas as nossas 25 propostas fossem integradas no orçamento, não há níveis de confiança em quem o vai executar que nos leve a acreditar na sua realização! -----

Assim sendo, sobre estes documentos do Orçamento para 2025 da CMN e SMN, a CDU manifesta as preocupações presentes no parecer do FAM que já vêm de trás, bem como as preocupações que nós próprios temos vindo a colocar ao longo dos mandatos anteriores e que se vêm mostrando acertadas. -----

Não nos merece confiança o que vem colocado nos documentos como propostas, valores nas rubricas, ou prazos a cumprir, por ser maioritariamente impossível que se cumpram tais pressupostos, como é bem visível ao longo do ano pelas dezenas de alterações orçamentais aqui aprovadas; porque dizem o mesmo desde início de 2014, altura em que apresentaram o primeiro Orçamento e Grandes Opções do Plano, que copiaram da autarquia de Sines e do qual ainda hoje não saíram; também por não terem cumprido, em 11 orçamentos, o que se propuseram fazer em defesa da população local, promovendo, no sentido inverso dessa defesa, o despesismo, o amiguismo e a incompetência na gestão dos dinheiros públicos, como nós já sabemos e havemos de poder confirmar dentro em breve para todos saberem. -----

É, pois, por tudo isto que não podemos acreditar nos indicadores financeiros e políticos que entenderam incluir nos vossos documentos previsionais, que querem fazer aprovar, e vão conseguir, mas não com o voto da CDU". -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio: -----

Declaração de Voto: -----

“O Grupo do PSD vem ao abrigo do Art.º 58º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro apresentar declaração de voto contra no ponto 2 da reunião de Assembleia Municipal

de 12 de dezembro de 2024 - Orçamento e grandes opções do plano do município da Nazaré par ao ano de 2025 – orçamento plurianual de investimentos dos serviços municipalizados da Nazaré para o ano 2025 e respetivos anexos. -----

A análise feita pela bancada do PSD Nazaré ao Orçamento Municipal (OM) de 2025 e às Grandes Opções do Plano (GOP) revela uma triste realidade: muitas das obras previstas são as mesmas dos últimos onze orçamentos, o que demonstra o baixo grau de execução e a falta de uma estratégia consistente por parte do executivo socialista.

Embora o documento afirme que a "estratégia está à vista de todos", os resultados estão longe de ser visíveis. As ruas e estradas continuam degradadas, faltam habitação a custos controlados, o estacionamento é insuficiente e o caos no trânsito persiste. Além disso, não vemos políticas eficazes para a fixação de jovens, não há investimentos significativos nas questões ambientais e as condições de várias infraestruturas — como o mercado municipal e o bairro municipal "Mãe D'Água" — continuam a piorar. -----

O orçamento de 31,3 milhões de euros, com um aumento de 3 milhões em relação a 2024, destina uma parte significativa ao projeto do funicular da Pederneira. No entanto, este projeto encontra-se em risco devido a falhas na execução de concursos públicos e prazos apertados, que comprometem o financiamento e a concretização da obra. -----

Em reunião do direito de oposição, o PSD alertou para o valor irrisório de algumas rubricas, como a requalificação do centro de saúde de Valado dos Frades e o investimento em habitação, além das verbas destinadas à requalificação da Ladeira do Sítio e às verbas das freguesias. A reabilitação de arruamentos e do mercado municipal também necessita de mais investimentos. A ausência de um planeamento eficaz e de soluções para problemas antigos é um claro sinal de falta de visão para o futuro da Nazaré. -----

Quanto ao orçamento e PPI dos SMN, este tem o valor de 9.275.085€, sendo que a receita dos SMN provém principalmente da prestação de serviços essenciais, o que torna a previsão mais expectável. No entanto, o orçamento para os SMN está muito aquém do necessário em relação a obras essenciais e necessárias. É importante destacar que quase 4 milhões de euros são destinados a despesas com pessoal, representando quase metade do valor previsto no orçamento. Isso revela uma falta de investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento do concelho. -----

Embora o parecer prévio do FAM seja genericamente positivo, com algumas recomendações, o que assistimos é uma constante alteração dos orçamentos, sem que estes criem excedentes orçamentais ou conduzam à diminuição da dívida, o que resultou na manutenção das taxas máximas de IMI e IRS. -----

Por tudo isso, os vereadores do PSD Nazaré votaram contra este orçamento. Não acreditamos na sua execução, especialmente quando olhamos para o histórico de promessas não cumpridas nos últimos 11 anos. -----

Por estas razões, o nosso voto só poderia ser contra! Nazaré, 12 de dezembro de 2024, Tânia Gandaio” -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que quis continuar a dar os parabéns à equipa que fez a redação do documento, à Dra. Helena Pola que dirige a Divisão Administrativa e Financeira, ao Dr. Ricardo Carapau e à Dra. Lara Taveira, e do ponto de vista político, ao Dr. Milton Estrelinha e que se estará na presença de um documento demasiado estruturante, importante e que disse que se estaria em condições de sair do limite de endividamento, obrigados por força da entrada do FAM. Que, se o documento previu isso será porque alguma coisa foi bem-feita. Que, também não ouviu falar dos Anuários Financeiros, o que costuma ser habitual. Que, isso se deve, porque estarão em 28º Lugar no ranking da rubrica de maior independência financeira. Que, se estará a falar de um documento que prevê um conjunto de obras estruturantes, para o Concelho. Que, prevê a entrada de valores importantes, no que respeita a obras como o Interface no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, a alteração da taxa de financiamento do Centro Escolar de Famalicão, cento e trinta mil euros, a de S. Gião de dezoito mil euros, mais quarenta e oito mil numa candidatura inserida na modernização da estrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais que prevê uma renovação/modernização do Cine Teatro e provavelmente da infraestrutura que projeta filmes, que se estará na presença de um documento que será a base do rigor e do controle que tem vindo a ser feito e que de certa maneira, se inovou, não tirando mérito ao anterior presidente, mas que têm o seu trabalho, que serão uma equipa, que apesar de serem os mesmos, se fez uma renovação, com sinergias diferentes, que se encontram no bom caminho e que politicamente não será bom para a oposição. -----

Rejeitado com onze votos contra, oito votos a favor e três abstenções. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, para apresentar a Declaração de Voto da CDU: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vem, ao abrigo do n.º 3, do Art.º 58.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1, do art.º 35º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, apresentar o seu voto de vencido, relativamente ao ponto 2 desta reunião da Assembleia Municipal da Nazaré, nos seguintes termos: -----

A bancada da CDU manifesta o seu voto de vencido em relação aos Documentos Previsionais para 2025 apresentados pela Câmara Municipal da Nazaré, nomeadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) da CMN e dos Serviços

Municipalizados, bem como todas as outras propostas que lhe vêm anexos, por consistirem apenas num voto todos os documentos previsionais neste ponto. -----

Esta posição fundamenta-se numa análise aprofundada dos documentos apresentados, que revelam fragilidades estruturais, inconsistências nas prioridades políticas e um claro desfasamento entre o planeado e as necessidades reais do concelho e da sua população.

O orçamento para 2025 está alicerçado numa dependência significativa de financiamento externo, nomeadamente através do PRR e do Portugal 2030, ignorando a necessidade de consolidar receitas próprias e reduzir despesas correntes. Esta abordagem coloca o município numa posição de vulnerabilidade face a potenciais atrasos na atribuição desses fundos, ou a cortes eventuais por algum incumprimento. ---

Aumentar o peso crescente da dívida municipal, somado à ausência de estratégias claras para a sua redução sustentável, compromete seriamente a capacidade da autarquia em garantir a sua estabilidade financeira no médio e longo prazo. Esta política orçamental parece ignorar a realidade económica atual e os desafios que esta coloca às finanças municipais. -----

Os documentos apresentados refletem uma preocupante falta de alinhamento entre os investimentos planeados e as necessidades concretas da população. A aposta em grandes projetos de requalificação urbana, como o novo Funicular da Pederneira ou a requalificação da Avenida do Município, demonstra uma preferência por ações de impacto mediático em detrimento de investimentos que realmente promovam a qualidade de vida dos munícipes. -----

Áreas críticas como a habitação, a saúde e a educação não recebem a atenção necessária. A reabilitação do Bairro Municipal "Mãe d'Água", por exemplo, é mencionada de forma vaga e sem alocação de verbas suficientes para garantir uma reabilitação integral e célere. Da mesma forma, os problemas estruturais nas escolas do concelho, onde se destacam as necessárias obras na Escola Amadeu Gaudêncio, permaneceram e permanecem sem soluções concretas, comprometendo a segurança e o bem-estar das crianças e jovens alunos. -----

A Câmara apresenta uma extensa lista de projetos, que incluem requalificações, novos equipamentos desportivos, obras de mobilidade e até intervenções de grande escala como a construção de variantes rodoviárias. No entanto, a dispersão de recursos em tantas áreas levanta simultaneamente várias dúvidas sobre a exequibilidade destes planos. ----

É mais do que evidente que a capacidade técnica e financeira da autarquia não apoia tal ambição, colocando em causa a entrega atempada e de qualidade destes projetos. Além disso, a ausência de critérios claros para a priorização das propostas reforça a perceção de desorganização e de falta de planeamento estratégico. -----

Apesar de várias referências a medidas ambientais, estas não vão além de iniciativas pontuais que carecem de integração numa visão integrada para o desenvolvimento sustentável do concelho. Propostas como a substituição da frota municipal por veículos de baixas emissões ou a reabilitação da Lagoa do Saloio ou a construção de cisternas para aproveitamento de água pluvial são importantes, mas insuficientes face aos desafios ambientais que enfrentamos. -----

A ausência de metas claras para a eficiência energética, a gestão de recursos hídricos ou a descarbonização dos serviços municipais demonstram que as políticas ambientais não são encaradas como prioridade estratégica, mesmo que o queiram fazer crer.

O orçamento reflete a falta de respostas à coesão social, especialmente num período em que as famílias enfrentam o aumento do custo de vida e um agravamento das desigualdades económicas. Aqui vão continuar a ter de pagar os impostos e taxas pelos valores máximos. -----

As iniciativas de ação social continuam fragmentadas, sem respostas estruturantes para combater a exclusão social e a pobreza que afetam muitos municípios. Medidas como a reabilitação habitacional ou os apoios às famílias vulneráveis carecem de investimento orçamental robusto, mas que aqui vão sendo relegadas para segundo plano. A Estratégia Local de Habitação é mencionada, mas sem um plano concreto para implementação imediata, perpetuando as dificuldades habituais de concretização de construção de habitação pública. -----

Além disso, o reforço dos serviços municipais para apoio social é escasso, sendo este um pilar essencial numa altura em que o contexto económico nacional exige maior proteção das populações mais fragilizadas. A ausência de medidas específicas dirigidas aos jovens e aos idosos do concelho refletem a falta de um compromisso efetivo com estes grupos sociais específicos. -----

Este orçamento falha em criar as bases para um desenvolvimento socialmente justo e economicamente sustentável. A aposta em projetos turísticos e culturais, ainda que relevantes, não se traduz num modelo inclusivo que garanta a criação de emprego estável ou a melhoria das condições de vida das famílias. -----

Além disso, o agravamento das taxas e tarifas municipais, em particular nas áreas de água e saneamento, representa um fardo desproporcional para os agregados mais vulneráveis, sem que sejam acompanhados de contrapartidas claras em termos de qualidade de serviço. -----

A CDU lamenta a falta de transparência e de um esforço genuíno para promover a participação ativa da comunidade na definição das prioridades orçamentais. Embora o orçamento participativo tenha sido mencionado, o seu impacto tem sido negligente, não

incluído como um verdadeiro mecanismo de envolvimento dos cidadãos na gestão autárquica. -----

A população continua a ser tratada como mera expectadora das decisões da autarquia, em vez de parceira no processo de construção de um município mais justo, inclusivo e sustentável. Este modelo de governança centralizado e pouco participativo perpetua um distanciamento preocupante entre a Câmara e os munícipes. -----

A CDU não pode aprovar documentos previsionais que perpetuem um modelo de gestão desajustado às reais necessidades do concelho da Nazaré e da sua população. Os documentos apresentados para 2025 revelam uma visão política marcada por: -----

- Dar prioridade a projetos de grande visibilidade em detrimento de ações fundamentais para a vida das pessoas; -----

- Uma dependência excessiva de fundos externos, sem garantias de sustentabilidade financeira; -----

- Negligência de áreas críticas como habitação, educação, inclusão social e sustentabilidade ambiental; -----

- Um deficit preocupante de transparência e participação cidadã. -----

Em vez de um orçamento focado nas pessoas e no desenvolvimento equilibrado do concelho, assistimos a um planeamento que privilegia ações de fachada e de curto prazo.

Reafirmamos o compromisso da CDU com uma política alternativa que coloca a população no centro das decisões. Defendemos uma gestão autárquica transparente, inclusiva e orientada para o bem-estar coletivo, priorizando: -----

- Investimentos em habitação acessível, educação de qualidade, apoios à Cultura e Desporto e reforço das políticas sociais; -----

Um planeamento orçamental sustentável, com a racionalização das despesas e o reforço e aproveitamento de todas as receitas; -----

- A sustentabilidade ambiental como eixo transversal de todas as políticas públicas. ----

Fazemos também uma breve análise sobre os Serviços Municipalizados da Nazaré (SMN), com base nos documentos previsionais para 2025. -----

Após análise do orçamento e plano plurianual de investimentos dos SMN, destacamos as seguintes preocupações que fundamentam a nossa posição crítica:

Os Serviços Municipalizados apresentam uma dependência esmagadora das receitas correntes (aproximadamente 99% do total de receitas previstas, equivalente a 9.185 milhões de euros), resultante principalmente da venda de bens e serviços. Tal

configuração reflete uma falta de diversificação de fontes de receita, expondo os SMN a riscos financeiros caso ocorram alterações na procura ou atrasos nos pagamentos. -----

Além disso, o orçamento apresenta uma margem extremamente reduzida para despesas de capital (apenas 891 mil euros, ou cerca de 9,6% do orçamento total), colocando limitações na capacidade de investimento em infraestruturas críticas ou melhorias de longo prazo, essenciais para a sustentabilidade dos serviços prestados. -----

Mais de 42% do orçamento do SMN destina-se a despesas com pessoal, enquanto 45,8% são alocados à aquisição de bens e serviços. Apesar deste peso significativo, não são evidentes planos concretos para melhoria substancial na qualidade dos serviços essenciais, como abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos. Uma aposta insuficiente na modernização das infraestruturas ou na melhoria operacional sugere um risco de estagnação na qualidade dos serviços prestados à população. -----

O plano plurianual de investimentos identifica investimentos escassos e mal distribuídos, com foco limitado na modernização tecnológica ou na sustentabilidade ambiental. Destacam-se valores modestos para estações de tratamento de águas residuais e sinalização (125 mil euros e mil euros, respetivamente), e um investimento desproporcional em bens administrativos, como equipamentos informáticos e básicos (mais de 366 mil euros combinados). -----

Esta abordagem demonstra a falta de visão estratégica necessária para responder aos desafios ambientais e demográficos que impactam diretamente os serviços municipais. -

Apesar de os SMN desempenharem um papel crucial na gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos, as iniciativas no orçamento de 2025 são tímidas e desconectadas de um plano mais amplo de sustentabilidade ambiental. Com os desafios crescentes associados às alterações climáticas, esperavam-se metas mais robustas para a eficiência hídrica, na redução de perdas no sistema de abastecimento de água e na gestão de resíduos sólidos, propostas estas ausentes no documento apresentado. -----

A ausência de medidas robustas para aliviar a carga tarifária sobre os munícipes é preocupante. Em 2025, não se evidenciarão estratégias claras para melhoria de eficiência que resultem em redução de custos para os utentes. Este aspeto é especialmente preocupante considerando as dificuldades económicas de muitos residentes do concelho.

A CDU considera que os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados da Nazaré para 2025 revelam uma gestão conservadora e pouco inovadora, que não responde de forma adequada aos desafios do presente e do futuro. A falta de um compromisso claro com a sustentabilidade, a modernização tecnológica e a melhoria da qualidade dos serviços reforçam a nossa posição de voto contra. -----

Reafirmamos a necessidade de implementação de: -----

- Um plano estratégico sólido que priorize a sustentabilidade ambiental e a modernização das infraestruturas; -----

- Maior transparência na aplicação dos recursos e uma política tarifária mais justa e equilibrada; -----

- Um compromisso real com o reforço da qualidade dos serviços essenciais prestados aos munícipes. -----

Por estas razões, integramos estas preocupações na declaração de voto contra, que reflete a defesa de uma alternativa que coloca a população e o ambiente no centro das decisões municipais. -----

Também por tudo o que referimos e se encontra registado na nossa intervenção na discussão deste ponto, a CDU vota contra os Documentos Previsionais para 2025 e reafirma a sua disponibilidade para trabalhar incansavelmente, como tem feito até aqui, em prol de um concelho da Nazaré mais justo, sustentável e solidário. Nazaré, 10 de dezembro de 2024, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

3. 4ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO 2024 (Para apreciação e votação) -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que interveio e que tal serviu também como **Declaração de Voto de Vencido**:

“Compreendendo-se a necessidade técnica da alteração orçamental modificativa, (revisão orçamental), evidentemente não a podemos contestar, pois parte de uma necessidade legal para ajustar o orçamento deste ano à falta das entradas das verbas previstas dos projetos não iniciados ou com obras não faturadas, e, como tal, não foram transferidas as verbas programadas pelo Estado Central. -----

Já quanto à razão que a origina, e essa é sem dúvida de ordem política, a essa já pode reagir a CDU. E fazemo-lo, manifestando a nossa maior preocupação, porque o assunto que origina esta alteração modificativa ao orçamento é da maior importância para a autarquia, devido à urgência que para nós deveria merecer o processo relativo à Estratégia Local da Habitação (ELH), mas que na verdade não vê aplicadas as verbas de mais de 1 M€ previstas para este ano, remetendo para um futuro estendido até 2029 a gestão do projecto 24/2022, referente à Habitação Social e outras. Se acabar a tempo, em 2029, este processo demora agora mais de 7 anos a ser concretizado. Num concelho onde se declarou carência habitacional, não podemos estar de acordo com estas reprogramações de projetos que vamos vendo por aqui. Isto não é aceitável! Ainda mais num executivo onde todos os vereadores do PS na autarquia estão colocados a tempo inteiro no exercício das funções! -----

- Mesmo Com as habituais explicações para dar provimento a estas alterações, entende a CDU que há aqui uma tentativa de desculpas, para escamotear responsabilidades, sempre atiradas para cima de outros, pela inoperância e incapacidade de resolução atempada dos principais problemas da autarquia e dos seus munícipes... Talvez por essa mesma incapacidade, tenham votado a retirada ontem na reunião de câmara de uma proposta da CDU que visava a Criação do Conselho Municipal da Habitação da Nazaré. Entenderam os membros do executivo do PS que governa a autarquia que essa nossa proposta iria dar trabalho a criar neste momento e por isso farão mais tarde aparecer uma proposta no mesmo sentido, porque, segundo disseram, isso já está até inscrito num documento que foi aprovado. Por isso, as famílias que esperem mais, sabe-se lá quanto tempo, para que se resolva um problema que é premente neste momento no nosso concelho. -----

Para a CDU não há dúvidas! Existe clara incompetência dos eleitos do PS que têm governado a autarquia, isto por um lado, e, por outro, opções políticas e prioridades traçadas que não vão ao encontro daquilo que são as reais necessidades das populações. Veja-se, por exemplo, quando tantos municípios recorreram ao PRR para se candidatarem à construção de habitações para quem mais precisa, este município preferiu trilhar outros caminhos, como é o exemplo dos bairros comerciais digitais!!! Que também não sabemos como irá acabar! -----

Sempre que se veem confrontados com a necessidade de gerir e orientar processos de maior complexidade, como já se verificou, se verifica aqui e se irá verificar nos outros que sabemos estarem também atrasados, tanto nas datas impostas nos mapas e metas como nos prazos para as suas concretizações, se vai provando o que aqui afirmamos. --

Lembramos os atrasos de obras como as do Centro de Saúde da Nazaré, do Centro Escolar de Famalicão, do Terminal Rodoviário, do Tribunal na Pederneira, do Depósito de Água do Camarçã, do Funicular da Pederneira, dos Bairros Comerciais Digitais e agora este da Estratégia Local de Habitação, Etc... e estes são só os projetos em que alguns têm apoios do Estado ou da UE. -----

Soubemos, entretanto, ontem, que o empreiteiro contratado abandonou a obra do Pavilhão de Famalicão. Mais um contratempo, dirão alguns, mas nós chamamos-lhe outra coisa: incompetência! ... Haveremos de saber a fundo o que se passou ali. -----

Não pode a CDU, por tudo isto, aceitar as constantes alterações modificativas ao orçamento ligadas a projetos financiados, como as que ultimamente têm aparecido, também como forma de defendermos a população que, tal como nós, está a ser completamente enganada com a apresentação de pomposas propostas e projetos, mas que depois não se veem concretizados dentro dos prazos para as quais se esperam ver realizadas, podendo inclusive virem a criar-se graves problemas nas finanças da autarquia em futuro próximo, se tais prazos de conclusão não forem cumpridos, podendo

em alguns casos virem a ser retirados os apoios financeiros por não cumprimento dos contratos”. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para solicitar um esclarecimento: “... reprogramação financeira da obra...”, perguntou a que obra se refere? **Interveio a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para dizer que estariam a falar da contratação da empresa para a elaboração do projeto de arquitetura e de especialidades no que diz respeito à Estratégia Local de Habitação. Que, a maior verba que estará presente, passará para os outros anos, e que será necessário fazer essa retificação, sendo, no entanto, uma questão mais técnica. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que relativamente ao processo referenciado, foi feita uma adjudicação no âmbito da arquitetura dos projetos que se pretendiam implementar no que diz respeito à ELH e que, entretanto, surgiu uma alteração a essa planificação – que foi feita em acordo com a empresa, adjudicatária, em que foi pago o trabalho executado, até então, e que agora se encontra em fase de adjudicação, a nova “reestruturação” do processo, que prevê a construção de moradias, em que no fundo a nova estratégia de habitação que foi delineada pela Senhora Vereadora, se encontra em fase de contratação e que a empreitada só poderá ser lançada depois de se ter o projeto de execução feito e que ainda se encontra em elaboração e só em inícios do ano se terá condições para poder avançar e que essa verba, nunca seria gasta por conta do atual orçamento e daí ter transitado.

Rejeitada, com onze votos contra, dez votos a favor e 1 abstenções. -----

4. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO 2025 (Para apreciação e votação)

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal:** -----

“O Grupo Municipal da CDU informa desde já que votaria contra, como sempre votou, todos os pontos referentes a impostos e taxas a cobrar pelo máximo à população, como aconteceu antes de estarmos debaixo de uma obrigação legal como é aquela a que estamos obrigados pelo contrato do FAM. -----

Acontece que, legalmente, não o devemos fazer devido ao contrato com o FAM que obriga a que os impostos, taxas e tarifas sejam cobrados ainda pelo máximo admissível. Só por isso a nossa posição de voto será pela **ABSTENÇÃO**, por termos consciência de que não podemos contrariar o que está contratado, pois não é possível pedir abaixamento de impostos, visto estarmos ainda com endividamento em excesso. -----

E aqui é que reside a nossa luta e confrontação com o executivo municipal durante estes últimos anos devido à sua falta de empenho para se atingir mais rapidamente o patamar que permita o pedido de alteração ao contrato do FAM de modo a baixar os encargos com os impostos cobrados à população. Continuamos a referir isto, mesmo que nos

tenham já dito que estão em condições de o fazer proximamente, ou que já o estão mesmo a fazer. Nos documentos previsionais apresentados há pouco, nada disso é refletido nas contas para o próximo ano. Podemos entender então que se trata de mais uma artimanha política do executivo. Mesmo que atinjam o patamar desejado, nunca será possível para o ano 2025 a população ver os impostos e taxas baixarem todos, visto a informação às finanças da percentagem a cobrar ser dada até 31 de dezembro de cada ano. -----

Mesmo sabendo que não depende da CDU a gestão autárquica atual, não iremos participar na votação com voto que conte para justificar as vossas políticas, razão pela qual votaremos este e as próximas propostas sobre impostos com voto de abstenção. Apenas para não irmos contra a Lei no contrato do FAM". -----

Aprovada por maioria com dez votos a favor e doze abstenções

Declaração de Voto – PSD: -----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto de Abstenção, no ponto 4, desta Assembleia de 10 de dezembro de 2024 – Proposta de fixação de taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) – ano 2025, pelas seguintes razões:

Considerando que o Município da Nazaré encontra-se sob o cumprimento de um contrato Programa de Ajustamento Municipal em vigor desde 2018 o que o obriga anualmente a fixar a taxa do IMI, por forma a permitir a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM, no entanto, e estando a terminar o terceiro mandato, lamentamos que este executivo não tivesse envidado esforços no sentido de passados mais de 10 anos, não tivessem ainda criado estratégias e diminuído gasto supérfluos de forma a que este imposto tivesse baixado podendo assim, aliviar os encargos dos nossos munícipes, por esse facto, Votamos pela Abstenção. Nazaré, 10 de dezembro de 2024, O Grupo do PSD”.

5. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O REDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2025 (Para apreciação e votação)

Declaração de Voto PSD:

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto abstenção, no ponto 5, desta Assembleia de 10 de dezembro de 2024 – Proposta de fixação de taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) – ano 2025, pelas seguintes razões:

Considerando que o Município da Nazaré encontra-se sob o cumprimento de um contrato Programa de Ajustamento Municipal em vigor desde 2018 o que o obriga anualmente a fixar a taxa do IRS no máximo, por forma a permitir a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM, no entanto, e apesar de anunciarem já terem a possibilidade de abaixamento destes e outros impostos de futuro, continuámos a verificar que não houve

um verdadeiro empenho para já o terem feito já neste ano, para prejuízo de todos os munícipes, por esse facto, Votamos abstenção. Nazaré, 10 de dezembro de 2024, O Grupo do PSD. -----

Aprovada por maioria com dez votos a favor e doze abstenções

6. *PROPOSTA LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – ANO 2025 (Para apreciação e votação)*

Declaração de Voto - PSD

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto abstenção, no ponto 6**, desta Assembleia de 12 de dezembro de 2024 – Proposta de Lançamento da taxa de Derrama – ano 2025, pelas seguintes razões: -----*

Na atual Lei das Finanças Locais, a Derrama figura-se como uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

*Considerando que o Município da Nazaré se encontra sob o cumprimento de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM), desde 2018, e de acordo com as medidas de reequilíbrio orçamental referentes à otimização da receita, implica a aplicação da taxa máxima destes impostos (art.º 18.º da Lei 73/2013 de 3/9), sendo de carácter obrigatório e vinculam o Município durante a vigência do PAM o que o obriga anualmente a fixar a taxa de derrama no máximo, por forma a permitir a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM, no entanto, e apesar de anunciarem já terem a possibilidade de abaixamento destes e outros impostos de futuro, continuámos a verificar que não houve um verdadeiro empenho para já o terem feito já neste ano, para prejuízo de todos os munícipes, por esse facto, **Votamos abstenção**. Nazaré, 12 de dezembro de 2024, O Grupo do PSD”. -----*

Aprovada por maioria com dez votos a favor e doze abstenções

7. *PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA PELA CONCESSÃO DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2025 (Para apreciação e votação)*

Declaração de Voto - PSD

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto abstenção, no ponto 7**, desta Assembleia de 12 de dezembro de 2024 – Proposta de Fixação da taxa pela Concessão de Direitos de Passagem – ano 2025, pelas seguintes razões:*

Considerando que o Município da Nazaré se encontra sob o cumprimento de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM), desde 2018, e de acordo com as medidas de reequilíbrio orçamental referentes à otimização da receita, implica a aplicação da

taxa máxima destes impostos (art.º 18.º da Lei 73/2013 de 3/9), sendo de caracter obrigatório e vinculam o Município durante a vigência do PAM o que o obriga anualmente a fixar a taxa pela Concessão de Direitos de Passagem pelas taxas máximas, por forma a permitir a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM, no entanto, e apesar de anunciarem já terem a possibilidade de abaixamento destes e outros impostos de futuro, continuámos a verificar que não houve um verdadeiro empenho para já o terem feito já neste ano, para prejuízo de todos os municípios, por esse facto, Votamos abstenção. Nazaré, 12 de dezembro de 2024, O Grupo do PSD””. -----

Aprovada por maioria com onze votos a favor e onze abstenções

8. PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – DELIBERAÇÃO FINAL (Para apreciação e votação)

Aprovada por maioria com onze votos a favor, quatro abstenções e sete votos contra

9. PROPOSTA – CRIAÇÃO DO GABINETE DE HABITAÇÃO E ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO E FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL (Para apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que interveio: -----

“Tal como já foi referido pelo vereador da CDU na CMN. Também nós aqui queremos valorizar e louvar desde já a iniciativa da criação deste gabinete. -----

Referir também a forma absolutamente esclarecedora como vem apresentado todo o assunto que leva à sua concretização. -----

Como se verifica também aqui, não expomos só os erros, também sabemos valorizar o trabalho quando ele é bem-apresentado, como é aqui o caso. -----

Politicamente, esperamos que a criação deste gabinete, que quanto a nós já deveria existir há mais tempo, permita levar a bom porto e com mais precisão e despacho todos os processos em curso e outros que venham a ser implementados no sentido da construção ou recuperação de habitação pública no concelho. -----

– Termos estado mais de 11 anos sem que o município tenha desenvolvido nada neste sentido - da criação, conjuntamente com o Estado central, de mais habitação pública, de rendas acessíveis, ou de construção em modelo cooperativo é que nos parece ser inadmissível. -----

Bem sabemos que a simples criação de um gabinete nada resolve, mas é um sinal importante! -----

Tal como seria importante a criação desde já do Conselho Municipal da Habitação, mas assim não entendeu ontem o executivo que governa que votou por maioria a retirada de uma proposta da CDU da ordem do dia, apenas para não a votar contra, pois sabia bem como reagiria a população a uma atitude dessas. No entanto, ao retirá-la da ordem de trabalhos foi quase a mesma coisa, pois atira para mais tarde a criação e tal conselho municipal que quando for preciso atuar, ainda não estará criado". -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, quis congratular-se com a criação do Gabinete, no entanto, e como já têm vindo a mencionar várias vezes, que a habitação será um ponto fulcral para a Terra e que precisa de ser muito bem estruturada. Que acreditam e querem crer que o Gabinete de Habitação, possa criar opções e soluções, sendo o que pretendem que o Município e a Câmara Municipal, façam todos os esforços para que tudo seja concretizado. Quis também, deixar uma sugestão, para que o Gabinete possa colaborar com a dita Comissão de Acompanhamento de Obras, criando uma articulação e também sugeriu um Gabinete ao Empreendedor, sendo uma mais-valia, de forma a captar investimento, algum benefício para a Nazaré? -----

Aprovada por unanimidade. -----

10. MAPA DE PESSOAL PARA 2025 – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE (Para apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade

11. APOIO FINANCEIRO A CONCEDER AOS SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ, PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ, NO ÂMBITO DO JANTAR DE NATAL DO MUNICÍPIO, DO ANO 2024 (Para apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão que quis saber o que quereria dizer “apoio ao jantar”? De quem será a organização do jantar – Câmara? Serviços Sociais? Qual o valor total? -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola para prestar esclarecimentos: que à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos – um evento promovido pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal da Nazaré e seus Serviços Municipalizados, contando com o apoio técnico/logístico do Gabinete de Eventos, mas que quem organiza o jantar, quem paga a despesa, são os Serviços Sociais. Que, a Câmara Municipal já aprovou o protocolo, porque será competência apenas desse Órgão que contempla a participação da mesma no jantar, que se refere à participação dos seus trabalhadores e que foi remetida informação também para a Nazaré Qualifica poder fazer essa votação em termos do Conselho de Gerência e que os Serviços Municipalizados carecem da

autorização da Assembleia para poderem depois, eles próprios, poderem fazer a atribuição que ainda não existe e que sem essa autorização, eles não podem reunir para deliberar apoiar os Serviços Sociais. **Interveio o Senhor Deputado António Absalão** que disse: segundo o que entende, quem organiza serão os Serviços Sociais, quem pagará será o Município? **Respondeu a Dra. Helena**, que o Município apoiará os Serviços Sociais através da atribuição de um valor financeiro, que será correspondente ao número de trabalhadores que compõem a Câmara Municipal, mas que o jantar não se resumirá apenas ao serviço de refeição – que será um evento. **Interveio o Senhor Deputado** para dizer que do “bolo todo”, qual será o valor que os Serviços Sociais pagam? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que disse que, o jantar de Natal, à exceção de alguns anos, foi promovido diretamente pelos Serviços Sociais, dois ou três anos, foram sempre pagos pelo Município da Nazaré, na sua totalidade e que havia também, uma comparticipação de despesas medicamentosas e oferta de brinquedos às crianças, que faziam parte do agregado familiar de alguns trabalhadores e consoante a sua idade. Que essa tradição se tem vindo a manter, que o protocolo será público, aprovado em reunião de Câmara, e que se encontra no site para consulta. Que, o protocolo contempla os valores que cada uma das entidades vai contemplar no âmbito da realização do jantar. Que, em relação que move a Assembleia Municipal relembra o princípio da especialidade que compete deliberar no âmbito das suas competências será autorizar ou não, a concessão do apoio financeiro aos Serviços Municipalizados. **Interveio o Senhor Deputado António Absalão**, para perguntar se também compete à Assembleia, saber e fazer perguntas sobre os assuntos que veem à sessão? Que, ouviu o Senhor Presidente na reunião de Câmara dizer que ia convidar os antigos presidentes para o jantar de Natal. Que, sendo uma organização dos Serviços Sociais, em que perspectiva a Câmara, pode adicionar elementos? Que, seria muito mais fácil a Câmara dizer que iriam organizar/pagar o jantar. **Respondeu a Dra. Helena Pola**, para dizer que a questão se prende com o ponto de vista legal, e será importante que a Assembleia saiba que legalmente, não será uma despesa que a Assembleia poderá assumir de modo próprio, e que existem decisões – Tribunal de Contas, nesse sentido. Que, dinheiro público não poderá ser gasto dessa forma. Poderá ser gasto a entidades que serão compostas exclusivamente pelos seus trabalhadores. Que foi o que aconteceu através da aprovação do protocolo – um apoio financeiro, para a realização do evento. **Prosseguiu o Senhor Deputado** e perguntou se os Serviços Municipalizados e Nazaré Qualifica podem fazer o pagamento do jantar de Natal a todos, em termos legais? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que para os Serviços Municipalizados e Nazaré Qualifica a Lei será outra – e diria, que podem conceder esse apoio, porque não se regem pela Lei 75/2013, tendo uma Lei própria. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Samuel Fialho**, para dizer que já tinham apresentado essas dúvidas, mas que será importante dizer, que a CDU não será contra o apoio que foi pedido, nem contra a iniciativa em que será conduzido esse apoio, porque os trabalhadores merecem a sua festa de natal, mas achamos que a proposta não foi bem construída, porque vem dirigida do Conselho dos Serviços Municipalizados para a

Câmara Municipal, para aprovação de deliberação dessa, indicam uma alínea e um artigo da Lei 75/2013, que no caso não respeita o órgão da Assembleia Municipal que deveria pretender atingir mas sim à Câmara Municipal e a entidade com competência para autorizar os apoios aos Serviços Municipalizados e a Assembleia Municipal que nunca aparece referida na proposta dos Serviços. Que, aparece manuscrito na deliberação do Presidente da Câmara que foi e que passa a citar...” deliberado por maioria aprovar a concessão do apoio financeiro aos serviços da Câmara Municipal no âmbito do jantar do Natal”. Só que isto não é o que está na proposta dos Serviços Municipalizados, que pedem o apoio para os seus trabalhadores que estando englobados, não são por si só, os serviços sociais da Câmara. Que, na opinião da CDU, continua a haver um erro, até porque só a deliberação para os Serviços Sociais da Câmara Municipal, cabe à Câmara Municipal e aos trabalhadores dos Serviços, essa deliberação só caberá à Assembleia Municipal. Que, se veja para o efeito a alínea 5 do artigo 25 do Anexo I da Lei 75/2013 de setembro, sobre as competências da Assembleia Municipal e que após a intervenção do Vereador da CDU foi manuscrita na deliberação do Presidente da Câmara, anulando assim, a que constava na proposta dos Serviços Municipalizados e passou a citar... “autorizar os Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou de qualquer outra natureza de instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares. Posto isso, importa ainda referir, que a proposta respeita aos trabalhadores dos serviços e que já depois de preparada a intervenção referida nessa reunião e que aqui mantém parte e que verificaram no ponto seguinte da mesma reunião sobre o protocolo do jantar de Natal de todos os trabalhadores dos Serviços Sociais, se referem duas vezes ao facto de o apoio a conceder pelo Conselho de Administração dos Serviços, ter de ser deliberado pela Assembleia Municipal colocando assim a deliberação a seguir tudo dentro da legalidade, e dando também razão à nossa intervenção no ponto e à necessidade da deliberação da Câmara ser unicamente a do envio à Assembleia Municipal para deliberação desta, coisa que verificaram que não aconteceu e daí questionarem, a mesa, no sentido de informar, se essa deliberação da Câmara ao aprovar o apoio pretendido, e só depois o envio à Assembleia Municipal para deliberação, não fere de ilegalidade, a proposta já de si, com falha? -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que disse que, aquilo que compete à Assembleia deliberar e que o Dr. Samuel referenciou terá a ver com a epígrafe do artigo número 1... “compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara...” e que teve oportunidade de explicar em reunião de Câmara, que a Assembleia apenas poderá deliberar, se existir uma proposta da Câmara nesse sentido. Que, terá de admitir, que na sua ótica, a proposta dos SMN, não foi bem construída. Que, passa pelo facto de ter sido pela primeira vez feita e que acredita que no próximo ano venha com outro tipo de redação. Que, não obstante, não deixará de conter os itens principais e tendo sido

aprovada em reunião de Câmara a proposta de envio à Assembleia Municipal, cumpre com a Lei em vigor e que não vê problema nenhum nessa deliberação. Que, agora a Assembleia apenas tem de deliberar se autoriza ou não, a concessão desse apoio financeiro. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que disse que, esperam que para o ano esse assunto apareça bem elaborado. -----

Aprovado por maioria com dezoito votos a favor e quatro abstenções. -----

12. *PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES (PGRI) PARA A REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5) – (Para conhecimento).*

A Assembleia tomou conhecimento.

13. *LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Para conhecimento)*

A Assembleia tomou conhecimento.

14. *RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2024 – MUNICÍPIO DA NAZARÉ (Para conhecimento)*

A Assembleia tomou conhecimento.

15. *RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2024 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ (Para conhecimento)*

A Assembleia tomou conhecimento.

16. *PRESTAÇÃO DE CONTAS 1.º SEMESTRE DA EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA, E. M., UNIPESSOAL, LDA. (Para conhecimento)*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que só queria fazer referência a uma situação que por vezes escapa às pessoas, quando apresentam ali, os resultados da Nazaré Qualifica, como sendo um brilharete, e que só quer lembrar, à custa de quem é que esse valor é pago. É pago através de todos e da transferência de capital que é feita naturalmente da Câmara, para lá. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que também lhe chocou a questão de se evidenciar nas reuniões de Câmara que têm depósitos no valor de um milhão de euros na Nazaré Qualifica e haver tantas coisas em falta na Nazaré e que havendo delegação de competências, quase que, mais vale fechar a Câmara e só se ficar com a Nazaré Qualifica! Constatou que, todos os valores do Carsurf, muito embora sejam uma boa aposta e com valor, o que se passará e os prejuízos que continuam a acontecer naquele equipamento e que lhes causa preocupação. Que, até à data, e estando

pagos trinta e quatro mil euros, do presente ano, em pessoas que lá ficam, atletas e que a nível de despesas com pessoal, em 2024 até à presente data, já se vai em vinte e seis mil e setenta e quatro euros e dois mil quatrocentos e cinquenta e três em horas extraordinárias e isenções de horários. Que, lhes parece demasiado, demasiados anos, e que alertam o Município, uma vez que não existe fiscalização dentro da Nazaré Qualifica que não concordam com o tipo de valores, apresentados e com os custos a longo prazo. E que são dez trabalhadores. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, para dizer que, ali, não será efetivamente, o espaço político para intervir, em relação às considerações dos restantes membros da Assembleia, mas que por vezes surgem questões, que merecem ter resposta, no sentido de esclarecer os munícipes e quem ouve a sessão, em casa. Que, em relação a questão do Carsurf, disse que o mesmo foi um projeto desenvolvido e iniciado pelo PSD, mas pago pelo PS. Que, a obra foi concluída pelo Partido Socialista. Que, o Carsurf foi um projeto que foi pensado e iniciado pelo PSD. Que, o surpreende que estejam a pôr em causa aquilo que será importante do ponto de vista da dinamização do surf, na Nazaré. Que, onde veem prejuízos, eles veem a possibilidade de criar condições aos surfistas que hoje têm patrocínios que lhes permite fazer a sua atividade de surf sem terem de recorrer ao Carsurf e que muitos deles, foi lá que começaram, porque seria a única possibilidade de estarem na Nazaré e que foi fundamental para servir de alavanca para aquilo que será hoje a atividade do Surf na Nazaré, ao nível das ondas gigantes e ao nível de toda a mediatização que isso envolve e perceber toda a dinâmica. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para frisar que nunca disse que não concordava! Que reforçou a importância do projeto, do edifício e do equipamento. Que, o que a preocupa, será a má gestão de anos consecutivos e que viu a atualização dos dados – que são na ordem dos duzentos mil euros por ano! Que, constataram, a existência de graves prejuízos à conta de todos os Nazarenos. Que, lhe parece que o que estará a acontecer será um hotel, para os amigos do executivo, e até para alguns que veem à Nazaré passar férias e daí os tais prejuízos. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, para dizer, que solicita as provas do que foi afirmado, mas que efetivamente a Senhora Deputada, diz que não as tem! Que, se tem de ter responsabilidade, quanto às afirmações que se fazem! -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal, que uma vez que se estará a falar da Nazaré Qualifica, e sendo um ponto só para conhecimento, alerta que o Deputado João Pessa, sendo um trabalhador dessa empresa, não deveria estar a fazer parte do ponto. Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para referir que, a questão das incompatibilidades, será uma linha muito ténue, dando alguns exemplos de outras Câmaras. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para perguntar se todos os

elementos que pernoitam no Carsurf são atletas? Que sabe, de pessoas que lá ficam e que não serão atletas! -----

-Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, que disse que ainda há pouco tempo aprovaram um protocolo, onde não eram só atletas, que eram cientistas que se encontram ligados ao desenvolvimento técnico para a medição das ondas, que serve o surf e não só! Que, estiveram também lá, os nadadores salvadores que desempenharam funções na Praia da Nazaré durante a época balnear.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e dezasseis minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
